

## CAMPANHA SALARIAL 2015

# Categoria vai avaliar e votar proposta de reajustes em salários e pisos salariais

A campanha salarial dos metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita iniciou em abril. Durante estes mais de três meses, a categoria enfrenta uma das mais difíceis e complicadas negociações de sua história (veja texto no quadro ao lado).

A retração da economia nacional tem servido para os patrões reforçarem o discurso de crise. Por este motivo, embora tenham sido feitas várias mobilizações e reuniões de negociação neste período, as propostas salariais não avançaram além da recuperação das perdas inflacioná-

rias (8,34%, segundo variação acumulada do INPC/IBGE, entre maio/2014 e abril/2015).

Uma proposta está sendo oficializada durante os próximos dias e será colocada para apreciação e votação na assembleia da quarta-feira, 29 de julho (veja convocação abaixo).

É hora de a categoria decidir pela aprovação ou rejeição da proposta patronal. Se for a segunda hipótese, os trabalhadores presentes na assembleia vão decidir os novos rumos da campanha salarial deste ano. Participe!

**NENHUM DIREITO A MENOS!**



**DIGA NÃO À TERCEIRIZAÇÃO**

CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA 2015



Mobilizações como a dos trabalhadores e trabalhadoras da Liess foram de fundamental importância nesta campanha salarial

## ASSEMBLEIA GERAL

DOS(AS) METALÚRGICOS(AS) DE CANOAS E NOVA SANTA RITA

**Dia 29/07/2015, quarta-feira, na sede do Sindicato**

**Horário: às 18h30min (1ª chamada) ou às 19h (2ª chamada)**

### Pauta:

- ☞ Aprovação ou não da proposta patronal para a Convenção Coletiva de Trabalho 2015/2016
- ☞ Confirmado o primeiro item, aprovar valor e critério de desconto da contribuição assistencial a favor da entidade sindical
- ☞ Encaminhamentos e assuntos gerais

Infelizmente, o mundo vive um cenário de retração econômica desde 2008, que atingiu os países ricos num primeiro momento e que agora chegou com força em países em desenvolvimento, como o Brasil e a Grécia, por exemplo.

O freio no consumo, a pequena alta na inflação e nos juros, e as medidas adotadas pelo governo federal para fazer ajustes fiscais, como diminuir o crédito, os investimentos e as desonerações, abalaram a confiança dos investidores externos e geraram insegurança entre empresários.

As consequências não poderiam ser outras: demissões, suspensão de contratos de trabalho (lay-offs), acordos de compensação, férias coletivas, adoção de banco de horas, entre outras. O comércio vende menos e a indústria vai a reboque. Tudo isso num quadro de crise política engendrada por uma oposição que, com a ajuda da grande mídia e setores da elite nacional, via Operação Lava Jato, torce para que o quadro institucional se agrave e o "circo pegue fogo".

Menos empregos, produtos mais caros (inclusive gasolina e energia elétrica), juros e inflação mais altos, entre outros retrocessos da conjuntura econômica, ajudam os patrões no eterno discurso de "crise", na impossibilidade de melhorar salários, benefícios e condições de trabalho. Assim, de forma indireta, a classe trabalhadora é convidada a pagar o pato.

Esse é o quadro apresentado para a classe trabalhadora não só aqui em nossa base metalúrgica, mas também para metalúrgicos e trabalhadores de todas as categorias no país inteiro.

Na assembleia da próxima quarta, estas e outras análises da conjuntura deverão balizar a decisão de aprovar ou não a proposta patronal. Por isso, participe! Venha conhecer, avaliar e decidir sobre a proposta patronal.

## VITÓRIA DOS TRABALHADORES

# Dilma oficializa Programa de Proteção ao Emprego

Reunida com lideranças sindicais da CUT e outras centrais sindicais, a presidenta Dilma Rousseff assinou no dia 6 de julho a Medida Provisória que cria o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que tem como principal objetivo frear demissões, assegurar postos de trabalho e a renda dos trabalhadores em períodos de crise. O governo gastará cerca de R\$ 95 milhões entre 2015 e 2016 para a manutenção do Programa, menos do que gastaria com o seguro-desemprego. Os recursos serão oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Proposto por um órgão tripartite – que reuniu representantes do governo, dos patrões e da classe trabalhadora - o PPE terá validade se for estabelecido por acordo coletivo e as empresas interessadas terão de estar comprovadamente em dia com obrigações fiscais, previdenciárias e com o FGTS. Assim, poderiam reduzir a jornada de trabalho e os salários de seus empregados, mantendo o emprego de todos. Durante o período, os encargos trabalhistas (FGTS e INSS, por exemplo)

continuariam sendo recolhidos. O programa seria implantado através de votação em assembleia secreta com aprovação da maioria dos trabalhadores e teria vigência de seis meses, podendo ser prorrogado por mais seis meses mediante novo acordo.

Para o presidente da CNM/CUT (Confederação Nacional dos Metalúrgicos), Paulo Cayres, o PPE representa uma grande vitória do movimento sindical. “Os direitos ficam garantidos e o trabalhador permanece com seu vínculo empregatício, inclusive com o FGTS e os benefícios assegurados em convenção coletiva. Com emprego assegurado, o trabalhador continuará consumindo e contribuindo com a economia, o que não aconteceria se ele estivesse desempregado e recebendo o seguro-desemprego”, argumentou. Já, Paulo Chitolina, presidente do nosso sindicato, afirma que o PPE é uma alternativa às demissões em massa e aos acordos de Lay Off, que suspendem os contratos de trabalho e não dão nenhuma segurança para o trabalhador.

## Confira os principais pontos do PPE

- O programa só pode ser acionado em caso de crise econômica cíclica ou sistêmica, que deve ser comprovada pela empresa ao sindicato da categoria e ao governo. Esse problema econômico não pode ser derivado de má gestão ou flutuações de mercado;
- Poderá ter vigência de até de seis meses, podendo ser prorrogado por mais seis meses, mediante novo acordo. Para isso, sindicato e empresa deverão firmar acordo prévio;
- Os salários poderão ser reduzidos no máximo em 30%, o mesmo percentual da jornada;
- O valor a ser pago pelo empregador, após a redução salarial, não poderá ser inferior ao salário mínimo;
- O governo fará uma complementação de 50% do valor que foi reduzido, limitado ao teto da parcela do seguro desemprego;
- Durante a vigência do programa, o contrato dos

- trabalhadores não é interrompido, portanto, as contribuições ao FGTS e ao INSS continuam garantidas;
- A empresa não pode demitir sem justa causa o trabalhador durante a vigência e mais o equivalente a 1/3 desse período após seu encerramento;
- Na vigência do PPE, não haverá prestação de horas extras por trabalhadores inseridos no programa;
- Deverá se reduzir, no mesmo percentual da redução dos salários, os pagamentos de honorários, gratificações, pró-labore, distribuição nos lucros, bonificações ou dividendos aos diretores, sócios, titulares, acionistas ou membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos;
- O Ministério do Trabalho deverá aprovar os pedidos de adesão ao programa;
- O vínculo de emprego não se perde durante uma crise passageira, e o trabalhador não perde sua qualificação

### PPE X LAY-OFF

Entenda os instrumentos para preservar o trabalho

	PPE	LAY-OFF
<b>Salário do trabalhador</b>	A empresa pagará salário correspondente à jornada reduzida, e o governo complementarará metade do que faltar, até o teto de R\$ 900,84. Por exemplo, numa redução da jornada de 30%, o governo complementa até 15%	O trabalhador recebe benefício equivalente ao seguro-desemprego do FAT, limitado a R\$ 1.385,91. A empresa pode complementar o valor com uma ajuda compensatória mensal, sem natureza salarial
<b>Jornada de trabalho</b>	Reduzida em até 30%	O empregado fica em casa
<b>Férias e 13º</b>	Não está definido se os benefícios também terão complemento do governo	Trabalhador não recebe os benefícios. O período de afastamento conta para as próximas férias
<b>Duração do instrumento</b>	Por até seis meses, prorrogáveis por mais seis	De 2 a 5 meses, prorrogáveis. Na prorrogação, a empresa paga os R\$ 1.385,91 antes bancados pelo governo
<b>Encargos trabalhistas pagos pela empresa (FGTS e INSS)</b>	A contribuição será sobre o valor pago pela empresa mais a parcela complementada pelo governo, ou seja, o salário efetivamente recebido pelo trabalhador	Não há pagamento de encargos
<b>Encargos trabalhistas pagos pelo trabalhador</b>	O trabalhador contribuirá sobre o salário que recebe	Não há pagamento de encargos. O trabalhador continua, no entanto, amparado pelo INSS
<b>Estabilidade no emprego</b>	Trabalhador não pode ser demitido durante o programa e terá estabilidade por mais um terço do período de adesão da empresa ao PPE	Se o trabalhador for demitido durante o lay-off ou nos três meses após o retorno ao trabalho, receberá multa de no mínimo um mês do salário que recebia antes da suspensão
<b>Governo</b>	O governo arrecada menos do que se o trabalhador estivesse cumprindo jornada regular, mas evita desembolsos com seguro-desemprego	O governo não arrecada e ainda precisa arcar com pagamento de R\$ 1.385,91 ao trabalhador com contrato suspenso

específica do setor e da empresa;

- O acordo pode garantir manutenção de benefícios e vantagens previstos nas convenções coletivas, o que não existe no seguro desemprego.

## PRIVATIZAÇÃO

# Projeto lesa-pátria quer entregar pré-sal para multinacionais

Tramita no Senado Federal o projeto de Lei (PL) 131/2015, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), que retira da lei a obrigatoriedade de que a Petrobrás seja a operadora única do pré-sal.

Se for aprovado, o projeto abre caminho para as grandes multinacionais petroleiras usarem a tecnologia brasileira recentemente premiada para prospectar uma riqueza brasileira em solo brasileiro, um negócio que nem pai propõe a um filho. A mudança na lei também colocaria em risco a decisão de investir os royalties na educação e saúde públicas do país. As riquezas iriam para o bolso dos grandes empresários do petróleo e não para ser investido no povo brasileiro.

A CUT, sindicatos de petroleiros e outros movimentos sociais se mobilizaram e conseguiram derrubar o caráter de urgência deste projeto lesa-pátria e a criação de uma Comissão Especial no Senado destinada a debater melhor a proposta.

## RECORDES

Enquanto tem gente querendo entregar nossa

riqueza petrolífera de mão-beijada para os estrangeiros, a Petrobras mostra porque é a principal e maior empresa brasileira. A companhia acaba de quebrar recordes: elevou a produção de petróleo e gás natural, em junho deste ano, para 2 milhões e 746 mil barris de óleo equivalente por dia, 4,3% superior à produção de junho de 2014 (2 milhões e 633 mil barris). Quanto ao pré-sal, a companhia registrou novos recordes na produção. Em 26 de junho a produção na operação do pré-sal foi de 811 mil barris de petróleo por dia (bpd), 1,1% maior do que o recorde anterior, de 11 abril de 2015, quando chegou a 802 mil bpd. A produção mensal operada também atingiu seu

maior nível, alcançando 747 mil barris, 2,9% maior que o volume obtido em maio (726 mil).

## O PETRÓLEO É DO BRASIL

PETROLEIROS VAIAM E CHAMAM SERRA DE ENTREGUISTA

NA BRASIL OFFSHORE EM MACAÉ, RJ



**ES CRAVIDÃO, NÃO!****Gaúchos dizem NÃO! à terceirização sem limites**

Cerca de mil trabalhadores e trabalhadoras representantes de várias categorias lotaram na quinta-feira, 25 de junho, o Teatro Dante Barone, da Assembleia Legislativa do RS, para participar da audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, presidida pelo senador Paulo Paim (PT/RS). O objetivo: discutir o PL 4330, da terceirização sem limites, que agora tramita no Senado Federal com a designação de PLC 030/2015. A maioria absoluta dos participantes evidenciou a rejeição dos gaúchos a este projeto que, supostamente, pretende "regulamentar" as terceirizações no Brasil.

Lideranças sindicais, políticos, advogados, auditores, procuradores e membros da magistratura e do Ministério Público do Trabalho, entre outros, apresentaram inúmeros argumentos que reforçaram a rejeição ao projeto da terceirização. No início da audiência, foi apresentada uma carta na qual 43 dos 55 deputados estaduais gaúchos manifestam posição contrária ao projeto da terceirização e afirmam que ele rasga direitos instituídos na CLT e fere convenções internacionais inclusive adotadas pelo Brasil. No final do encontro, uma carta contendo a posição majoritária da audiência pública – contrária à terceirização

sem limites – foi lida, colocada em votação e aprovada por ampla maioria dos presentes. O documento será apresentado ao Senado Federal e deve servir como parâmetro para os argumentos de rejeição do PLC 030.

Para Luiz Antonio Colussi, da Anamatra – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, caso o projeto da terceirização passe, será um retrocesso sem precedentes para a classe trabalhadora, pois fere a dignidade do/a trabalhador/a. Maximiliano Garcez, coordenador do Fórum Nacional Contra a Terceirização Precarizante, afirmou que o projeto não serve apenas para reduzir custos das empresas, mas para acabar com direitos trabalhistas e com os sindicatos. Valdete Souto Severo, juíza do Trabalho da 4ª Região, reforçou a tese segundo a qual a terceirização sem limites elevaria os casos de trabalho infantil e análogos à escravidão. Claudir Nespolo, presidente da CUT-RS, lembrou que os terceirizados têm os menores salários, ganham menos benefícios, trabalham mais e adoecem ou se acidentam mais. "Estender isso que os patrões chamam de 'modernidade' para toda a classe trabalhadora será retroceder a atual legislação trabalhista brasileira para o Século XIX. Se esse projeto não for derrotado no Senado, vamos fazer uma greve geral no país pra derrubá-lo", anunciou.

Alguns representantes do meio empresarial participaram do evento, fizeram a defesa do projeto da terceirização, mas tiveram todos os argumentos derrubados e questionados. Para eles, o projeto traz segurança jurídica para empresas e trabalhadores,



possibilita a competição com empresas internacionais, moderniza as relações de trabalho, gera mais postos de trabalho e garante carteira assinada para todos e a responsabilidade solidária entre a tomadora e a terceirizada. Os representantes patronais retiraram-se da audiência pública antes do final, quando foi lido e aprovado um documento do encontro pedindo a rejeição ao PLC 030/2015.

**OPERAÇÃO ZELOTES****Empresas privadas e de comunicação escondem envolvimento em corrupção contra os cofres públicos**

Entre elas, estão empresas de peso como as gaúchas RBS e Gerdau. Povo não fica sabendo porque a mídia esconde e só divulga casos que envolvem estatais e governos

Ao contrário da Operação Lava Jato, sobre a qual os brasileiros são bombardeados por uma overdose de informações muitas vezes repetidas à exaustão para desgastar a estatal Petrobras e o Governo Dilma, a Operação Zelotes sofre com as vistas grossas feitas pela imprensa tradicional.

A explicação é simples: a Zelotes envolve a maior afiliada da Rede Globo, a RBS, e empresas que investem muito dinheiro em publicidade, irrigando os cofres dos grandes veículos de comunicação, como a gaúcha Gerdau. Há, também, o componente político: não interessa a quem detém o poder econômico e da informação divulgar empresas e empresários amigos como agentes de sonegação e corrupção.

Deflagrada em março, a Operação Zelotes resultou na descoberta de uma fraude fiscal que pode chegar a R\$ 19 bilhões. Entre 2005 e 2013, as empresas subornavam integrantes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) para serem absolvidas do pagamento de impostos ou reduzirem de forma significativa os valores a serem pagos. Além de fraudes cometidas em processos milionários, teria ocorrido manipulação em julgamentos mais simples, com o objetivo de criar jurisprudência para outros processos.

Inexplicavelmente, a Operação Zelotes também não entusiasma o Poder Judiciário e outros órgãos envolvidos na investigação, que mostram passividade e

colaboração para que o caso se arraste e não tenha repercussão perante a sociedade. O STF - Supremo Tribunal Federal, por exemplo, tem concedido habeas corpus que garante aos empresários e conselheiros e ex-conselheiros do Carf envolvidos o direito de permanecer em silêncio. Quando falam, se limitam a dizer que nada sabem, nada viram e que possíveis erros podem ter sido cometidos por terceiros. É a terceirização da corrupção.

Na quinta, 9 de julho, depois de duas horas de interrogatório na CPI do Carf, no Senado, o presidente da Mitsubishi do Brasil disse desconhecer pagamentos de propina a fiscais para abater valores que a empresa devia para o fisco e afirmou que todos os processos são feitos pelo departamento jurídico da empresa, que terceiriza para outros escritórios de advocacia contratados. Outros dois representantes empresariais foram convocados, mas não compareceram à CPI.

**LUZ NO FIM DO TÚNEL**

Diante da falta de novidades na investigação, a CPI do Carf pediu a quebra dos sigilos bancário e telefônico do executivo da Mitsubishi e a convocação de outros empresários para depor, inclusive dos grupos RBS e Gerdau. Também foram aprovados requerimentos para quebra de sigilos bancário e fiscal de membros de escritórios de advocacia e contabilidade e de ex-

integrantes do Carf, além de pessoas próximas a eles citadas nas investigações. Por fim, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados realizará em agosto uma audiência pública sobre o tema na Assembleia Legislativa do RS, sugerida por 19 deputados estaduais gaúchos que integram a Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público Estadual.



## FÁBRICAS

### Cipeiros advertidos, más condições de trabalho e câmeras bisbilhoteiras

Os cipeiros da Midea Carrier estão sendo advertidos ao cumprir com a função de lutar por melhores condições de trabalho. Foi o que aconteceu há poucos dias, quando cobraram das chefias o fato de trabalhadores do setor de Aletados manusearem individualmente peças que chegam a pesar 90 Kg. Como se sabe, este tipo de tarefa pesada causa lesões em braços, ombros e colunas vertebrais. O assunto não é novo. Já foram feitas outras cobranças e, inclusive, denúncia junto à SRTE (ex-DRT), mas o problema não foi solucionado.

Outro problema denunciado é quanto à vigilância ostensiva. Os trabalhadores do setor de Recebimento se sentem moralmente assediados. Como se não bastasse a vigilância feita pelas chefias, a Midea Carrier instalou três câmeras para filmá-los, o que fere a Convenção Coletiva em vigor, cláusula 30ª,



que impede empresas de adotarem práticas gerenciais e de organização do trabalho que gerem constrangimentos, intimidações, humilhações e discriminações aos trabalhadores. A alegação da empresa é de que há um número considerável de furtos. No caso, para ela, os primeiros suspeitos sempre são os trabalhadores. O pior é que, segundo informações não oficiais do setor de segurança, as câmeras não impediram que os supostos furtos continuassem acontecendo.

### Produção pesada e intensa, ameaças, desvio de função, aumento vergonhoso e plano de saúde ruim

Na Maxiforja, no setor de Pintura (monovia), foram instalados trilhos que obrigam o trabalhador a eliminar o trabalho das empilhadeiras. A empresa trocou o sistema de abastecimento para acelerar o processo produtivo e elevou o ritmo da produção. Sendo manual, pesado e intenso, o trabalho tende a causar sérias lesões aos operadores.

Por falar em excesso de trabalho, a empresa acabou com o turno da noite alegando que o dia daria conta, o que não aconteceu. Para dar conta da produção, as chefias passaram a exigir a realização de horas-extras. E quem não as fizesse, acabava sofrendo ameaças veladas de demissão pela chefia.

Há também o problema de desvio de função. A empresa está exigindo que um mesmo trabalhador exerça funções absolutamente diferentes, muitas vezes sem qualquer treinamento ou formação profissional, o que coloca em risco a qualidade final do produto, que depois vai acarretar o não atingimento de metas da PLR.

Recentemente, a Maxiforja mudou a chefia, que, em março, prometeu fazer um reequilíbrio salarial. Passados quatro meses, esta chefia chamou os trabalhadores na sala, elogiou, pediu colaboração, deixou os trabalhadores entusiasmados e aí deu apenas R\$ 0,30 (trinta centavos) de reajuste. Muda a noiva, mas o penteado continua o mesmo. Os trabalhadores ainda têm esperança que a nova chefia valorize de verdade seus subordinados, dando a eles um reajuste melhor.

Outra reclamação é quanto ao plano de saúde, que está deixando a desejar. "No início, cobria tudo e era capaz de bancar até transplante de coração. Porém, o tempo foi passando e agora, até pra tomar um comprimido, o trabalhador tem de pedir autorização para a Unimed!", disse um dos denunciantes.



### EPIs, riscos de acidentes e bolsos cada vez mais vazios

A Liess parece não estar muito preocupada com a saúde, o conforto e as condições financeiras de seus empregados.

Trabalhadores que necessitam de óculos com lentes de grau para trabalhar, por exemplo, encaminham os exames e as receitas, recebem as lentes adequadas, mas tem de se submeter à armações de óculos feitas de forma padrão para todos. O incômodo é que estas armações podem ficar frouxas ou apertadas demais, causando desconforto, risco de queda e quebra dos óculos. Conseqüentemente, a falta de ajuste pode desestimular o uso do EPI e resultar em acidentes de trabalho.

Outra situação relatada por trabalhadores diz respeito aos custos com o

transporte para realização de exames médicos periódicos obrigatórios. A Liess não fornece mais o transporte até o local de atendimento médico, que, em alguns casos, é em Porto Alegre. Os trabalhadores são obrigados a arcar com os custos do deslocamento, seja por meio de transporte público ou veículo próprio. Se a empresa é obrigada por lei a exigir que seus funcionários façam os exames, tem de bancar todos os custos, inclusive de deslocamento.

### Sindicato promove curso de artesanato



Entre os dias 9 e 17 de julho, o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita ajudou a promover o Curso de Artesanato de Flores em EVA. Com inscrições a um preço acessível para o público em geral e gratuitas para associados/as e dependentes, o curso teve por objetivo ensinar um ofício que sustente uma fonte de trabalho e renda para as famílias.

O curso teve duração de sete aulas, com duração de duas horas cada. Segundo o professor que ministrou o curso, Danilo Duarte, a procura superou as expectativas. Por isso, é possível que em pouco tempo ocorra a abertura de uma nova turma em Canoas.

## ASSEMBLEIA GERAL

DOS(AS) METALÚRGICOS(AS) DE CANOAS E NOVA SANTA RITA

**Dia 29/07/2015, quarta-feira, às 19h30min, na sede do sindicato**

### Pauta:

- Tirada de delegados/as para o 14º CECUT - Congresso Estadual da CUT, a ser realizado nos dias 21 e 22/08/2015, no salão da Igreja Pompéia, em Porto Alegre

## ESPORTE E LAZER

### Vem aí Torneio de Bocha dos/as Metalúrgicos/as

O Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita realiza entre agosto e setembro mais um torneio de bocha da categoria. Desta vez, diferente dos torneios realizados na Colônia de Férias, em cancha de saibro e nos fins de semana, os jogos serão realizados na cancha acarpetada do Ginásio de Esportes em Canoas, nas terças e quintas-feiras, em horários ainda a definir.

As duplas de associados interessadas devem entrar em contato com os dirigentes sindicais nas fábricas ou com o dirigente Cecílio, na sede do sindicato, até o dia 20 de agosto, data em que as inscrições serão encerradas e elaborados o sorteio e o cronograma de jogos entre as duplas.

Maiores informações também podem ser obtidas através do fone DDG 0800.6024955. Participe!



### EXPEDIENTE

O jornal A Vez e a Voz do Peão é uma publicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita - STIMMEC  
Endereço: Rua Caramuru, 330 - Centro - Canoas/RS - Fone DDG: 0800.6024955 - Site: www.sindimetalcanoas.org.br - Email: contato@sindimetalcanoas.org.br - Facebook: /sindicato.metalurgicodecanoas - Colônia de Férias: (51) 3683.1819 - Presidente: Paulo Chitolina - Vice-presidente: Silvio Roberto Lopes Bica - Secretário de Imprensa: André Severo Soares (Índio) - Assessoria de Imprensa: Geraldo Muzykant (Reg. Prof. n° 8658) e Rita Correa Garrido - OBS.: A reprodução total ou parcial do conteúdo deste jornal é permitida desde que citada a fonte.